



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

05/09/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. CEMULHER.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. VARA CRIMINAL.....	2
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3
3.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	4 - 6
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	7
4.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	8
4.3. COMARCAS.....	9
4.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	10 - 11
4.5. JUÍZES.....	12

Pesquisa aponta falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentou essa semana os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a qualidade do atendimento do Judiciário às mulheres vítimas de violência. O trabalho foi feito a pedido e em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e mostra a existência de problemas na resolução dos casos de violência de gênero, entre eles, a falta de juízes em audiências judiciais de violência doméstica e insuficiência do atendimento psicossocial às vítimas.

A pesquisa aponta também que as vítimas não entendem ou não recebem esclarecimentos sobre o caso e, às vezes, ainda são culpabilizadas durante o processo, com a obrigação de pagar multas pelo não comparecimento às audiências, por exemplo. Há também informações de que as mulheres não são tratadas de forma humanizada.

As informações que baseiam o levantamento foram colhidas em seis juizados e varas exclusivas de violência doméstica e seis não exclusivas, nas cinco regiões do país. O trabalho também constatou que a maioria dos processos teve início em 2016 e que há casos iniciados antes de 2012, mas ainda não solucionados. A pesquisa destaca que, em muitos deles, as mulheres são obrigadas a buscar a Justiça várias vezes para ter acesso a diferentes direitos que poderiam ser concedidos de forma híbrida pelas varas, como medida protetiva, divórcio, pensão alimentícia, regularização

de guardas e visitas, entre outros.

Sobre a percepção das mulheres em relação ao atendimento oferecido pela Justiça nos casos de violência, há relatos de queixas sobre a falta de atenção, de amparo, de resposta efetiva do Estado e de demora da Justiça. Apesar dessas dificuldades, boa parte das entrevistadas enfatizou que as vítimas devem recorrer à Justiça todas as vezes que forem agredidas. O estudo começou a ser feito em fevereiro deste ano e poderá ser concluída até março do ano que vem.

Em anos anteriores, o Ipea também realizou estudos sobre a efetividade da Lei Maria da Penha e a institucionalização de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, que apontaram a necessidade de aperfeiçoar o monitoramento dos serviços de atendimento às mulheres.

Estrutura - Os resultados foram apresentados ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, que também divulgou as informações sobre os processos de violência de gênero por meio do Portal de Monitoramento da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Os números do portal revelam que a taxa de congestionamento dos tribunais está em 63%, ou seja, apenas 37% dos casos de violência contra a mulher são solucionados no país.

No ano passado, os tribunais tinham em estoque quase 1 milhão de processos relacionados à violência doméstica. Metade desse volume foi iniciada ainda em 2017, quando

foram emitidas mais de 35 mil sentenças. Segundo o CNJ, o resultado mostra que há 433 novos casos de violência doméstica e são concedidas 225 medidas protetivas a cada 100 mil mulheres.

Quando se considera os crimes de feminicídio, havia mais de 10 mil processos pendentes no ano passado, mais do que o dobro do registrado em 2016. O aumento se deu também no ingresso de casos novos. No ano passado, os tribunais receberam cerca de 2,6 mil novos processos de feminicídio, e em 2016 foram iniciados cerca de 1,2 mil.

De acordo com o portal, o país tem 122 varas exclusivas de violência doméstica contra a mulher, com a atuação de 1625 servidores de diferentes áreas de apoio (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, etc). Há ainda o registro de 72 setores psicossociais exclusivos, 259 não exclusivos e 226 salas de atendimento privativas. Em 2016, havia 109 varas exclusivas, 54 setores psicossociais exclusivos, nenhum não exclusivo e 168 salas de atendimento privativas.

O portal não traz dados sobre o número de servidores em 2016. Segundo o CNJ, a ferramenta de apresentação do estoque de processos judiciais e o monitoramento da qualidade do atendimento às vítimas de violência estão previstos na Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, instituída pelo Conselho em março do ano passado. **(Agência Brasil)**

Acusados de crime em Itinga vão a júri

Crime ocorreu há 25 anos, mas até agora os réus estão foragidos e serão julgados à revelia

Os acusados do assassinato de Jovina Ferreira dos Santos, identificados como Wilson Bispo dos Santos e Juvercino José da Cruz, serão julgados amanhã, 6, após 25 anos da data do crime. Os dois estão foragidos. A sessão de julgamento vai ser presidida pela juíza titular da Comarca de Itinga, Alessandra Lima Silva. A vítima foi morta a tiros no dia 28 de março de 1993, nessa cidade.

Segundo as informações da polí-

cia, Wilson Bispo tinha se separado da vítima e a partilha dos bens do casal teria sido a motivação desse crime. Wilson Bispo teria oferecido a Juvercino José da Cruz a quantia de CR\$ 4.000,00 (dinheiro da época) para que ele contratasse um pistoleiro para assassinar Jovina dos Santos.

A vítima foi morta em plena Avenida Presidente Médice, naquela cidade. ●

Integra em oestadoma.com/451357

Membros da Mesa Diretora do TJMA ouvem sociedade civil de Imperatriz

Nessa segunda-feira (3), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo; o vice-presidente, desembargador Lourival Serejo; e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniram-se com juízes, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, policiais e representantes da sociedade civil de Imperatriz e região, oportunidade em que ouviram as demandas e esclareceram questões sobre os serviços judiciários.

Também participaram das reuniões e audiência pública os desembargadores José Luiz Almeida, ouvidor-geral do Poder Judiciário, e João Santana de Sousa, presidente do Comitê de Saúde do TJMA; os diretores do TJMA, Mário Lobão, e da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; e o magistrado Raimundo Bogéa, auxiliar da CGJ-MA.

Esta é a primeira vez que uma comarca do interior recebe os membros da Mesa Diretora para ouvir a população e os operadores do Direito sobre a prestação jurisdicional, iniciativa que deverá ser estendida a outras comarcas que são sedes de polo judicial no Estado.

Os magistrados participaram de entrevista coletiva com a imprensa de Imperatriz, onde responderam questionamentos sobre a estrutura física e de pessoal do Poder Judiciário; a continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz;

e ressaltaram os resultados divulgados no relatório 'Justiça em Números', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual o TJMA alcançou o segundo lugar no Índice de Atendimento à Demanda, entre todos os Tribunais de médio porte do País, entre outros dados.

Os desembargadores reuniram-se com 14 juízes titulares da comarca de Imperatriz, que falaram sobre as dificuldades da comarca e solicitaram a mudança do local de funcionamento dos Juizados; a realização de seletivo para estagiários; a melhoria na qualidade da conexão de internet, entre outros.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou aos juízes que todo o trabalho da Mesa Diretora é feito em conjunto e com a participação dos magistrados de 1º Grau, na busca do objetivo maior de oferecer melhores condições de trabalho e atendimento.

"Estamos aqui para ouvir as demandas e buscar medidas de melhoria, pois sabemos que a população cada vez mais busca uma Justiça célere e eficiente", observou o presidente do TJMA.

O desembargador Joaquim Figueiredo explicou sobre questões orçamentárias, limitações fiscais e possibilidades de nomeação de novos juízes e servidores; e apresentou projeto elaborado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, acerca da continuidade das



Divulgação

Membros da Mesa Diretora e do TJMA participam de audiência pública em Imperatriz

obras do novo Fórum de Imperatriz, diante das condições do Poder Judiciário.

Audiência pública

Os desembargadores esclareceram diversos questionamentos durante audiência pública realizada na noite dessa segunda-feira (3), onde promotores, advogados, policiais e defensores levantaram necessidades envolvendo os serviços jurisdicionais da região.

A advogada Stela Chaves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Subseção de Açailândia), levantou a necessidade de ampliação do Fórum da comarca de Açailândia, ressaltando que o espaço físico atual não atende mais à quantidade de processos e às demandas das pessoas atendidas pelas unidades, além da necessidade de instalação de uma vara da Fazenda Pública.

O desembargador Joaquim Figueiredo informou que a si-

tução da comarca de Açailândia também é uma preocupação do Poder Judiciário, já objeto de análise por parte da Direção acerca das medidas de melhoria a serem implementadas.

Os defensores André Luís Jacomin e Moema Zocrato abordaram a necessidade de conciliação envolvendo uma medida liminar - objeto de recursos - que determina a reintegração de posse na comunidade Bom Jesus, em Imperatriz, com o fim de evitar possível conflito.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, sugeriu a atuação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDIHPOP), que desenvolve ações de mediação e prevenção de conflitos, priorizando a busca de soluções pacíficas. (Asscom TJMA)

Oposição reúne assinaturas para pedir CPI da Saúde *P3c1*

Oposição reúne assinaturas para abrir CPI da Saúde na Câmara Municipal

Carlos Gaby/Assimp

Líderes da oposição na Câmara Municipal de Imperatriz anunciam que devem entrar nesta quarta-feira (05) com um requerimento junto à Mesa Diretora solicitando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de superfaturamento e irregularidades em licitações na Secretaria de Saúde do Município. Eles precisam de sete assinaturas para apresentar o requerimento - segundo um dos opositoristas, “temos as sete assinaturas e mais duas de reserva”.

Na última quarta-feira (29 de agosto), oficiais de justiça cumpriram mandado de busca e apreensão expedido pelo juiz da Vara da Fazenda Pública, Joaquim da Silva Filho, na Secretaria de Saúde e outros órgãos da Prefeitura.

O juiz determinou a busca e apreensão de todos os documentos referentes ao contrato com dispensa de licitação com a empresa Catho Gerenciamento Técnico de Obras e Serviços Ltda. - que

presta serviços à Secretaria Municipal de Saúde -, documentos de processos licitatórios, ordens de pagamentos, ordens bancárias, processo de recebimento de doação de qualquer natureza, entre outros.

Há suspeita de fraude na dispensa da licitação e superfaturamento de pagamentos por serviços de manutenção de equipamentos e outras irregularidades, segundo a Ação Civil Pública que tramita na Vara da Fazenda Pública.

Uma CPI pode ser instalada com 1/3 das assinaturas dos vereadores, ou seja, sete do total de 21 no caso da Câmara Municipal de Imperatriz. Deve ter um objeto específico de investigação e prazo definido de funcionamento. A comissão tem poder de convocação e de investigação.

Denúncias

O vereador Bebê Taxista (Patriota) defende uma posição firme da Câmara Municipal de Imperatriz diante da operação determinada pelo

juiz da Vara da Fazenda Pública e diz que há objeto de investigação.

“O fato é grave e devemos exercer nosso poder de investigação”, afirma o vereador, garantindo que a oposição já tem as assinaturas necessárias para pedir a instalação da CPI.

“O secretário (de Saúde) preferiu gravar um vídeo para tentar desqualificar um colega, mas não respondeu a ação do juiz. Por quê? Vou insistir para que o prefeito divulgue uma nota pública explicando a decisão do juiz. É isso que a população quer saber”, emenda.

O vereador José Arimateia Ditola, seu colega de partido, declara que “isso (os fatos que culminaram na ação judicial conduzida pela Vara da Fazenda Pública) é só a ponta do iceberg. Tem muita coisa mais”, diz.

Carlos Hermes (PCdoB) revela que o requerimento deve ser apresentado na sessão desta quarta-feira. “Dessa vez acho que iremos em frente. Acho que vamos conseguir instalar essa CPI para

apurar esses fatos gravíssimos”, ressalta.

Outro lado

O líder do Governo na Casa, Hamilton Miranda, disse que “o governo (municipal) está muito tranquilo” e que “já apresentou os documentos necessários à autoridade judicial”.

“Vamos esperar o desenrolar (dos fatos). Foram pedidos alguns e não foi especificado quais documentos e depois que especificou quais eram, o governo entregou. O governo tá tranquilo, o secretário Alair (Firmiano) tá tranquilo, todo o governo tá tranquilo. Não há nada que desabone a conduta de qualquer secretário, de qualquer membro do governo”, reafirmou.

Sobre o pedido da oposição para instalar a CPI, Hamilton disse que “não há motivo para isso (a CPI)”, mas ressaltou que acha normal “porque é a prerrogativa de qualquer vereador”. “Cada vereador é dono de seu mandato, mas acho desnecessário porque o caso já tá na Justiça e toda a documentação na Justiça”.



Vereador Ditola: denúncias são “só a ponta do iceberg”

Membros da Mesa Diretora do TJMA ouvem sociedade civil de Imperatriz

Na segunda-feira (3), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo; o vice-presidente, desembargador Lourival Serejo; e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, reuniram-se com juízes, advogados, promotores de Justiça, defensores públicos, policiais e representantes da sociedade civil de Imperatriz e região.

Na oportunidade, ouviram as demandas e esclareceram questões sobre os serviços judiciários.

Também participaram das reuniões e audiência pública os desembargadores José Luiz Almeida, ouvidor-geral do Poder Judiciário, e João Santana de Sousa, presidente do Comitê de Saúde do TJMA; os diretores do TJMA, Mário Lobão, e da CGJ-MA, juiz Marcelo Moreira; e o magistrado Raimundo Bogéa, auxiliar da CGJ-MA.

Esta é a primeira vez que uma comarca do interior recebe os membros da Mesa Diretora para ouvir a população e os operadores do Direito sobre a prestação jurisdicional, iniciativa que deverá ser estendida a outras comarcas que são sedes de polo judicial no Estado.

O desembargador Joaquim Figueiredo explicou sobre questões orçamentárias, limitações fiscais e possibilidades de nomeação de novos juízes e servidores; e apresentou projeto elaborado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, acerca da continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz, diante das condições do Poder Judiciário.

Arame

Judiciário abre inscrições para edição 2018 do ‘Casamentos Comunitários’

Desde a segunda-feira (3), casais residentes na Comarca de Arame (459km da Capital) podem se inscrever para a Edição 2018 do projeto “Casamentos Comunitários” da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O juiz João Vinícius Aguiar dos Santos, titular da comarca, publicou edital com as regras para a cerimônia, que ocorrerá no dia 7 de novembro, às 18h, na Igreja Assembleia de Deus (matriz), situada na Rua Barão de Grajaú, n.º 160, Centro. As inscrições estão sendo realizadas pelo Cartório Extrajudicial de 1º Ofício, em horário comercial, localizado na Rua Barão de Grajaú, s/n.º, Centro. Os casais têm até o dia 5 de outubro para efetivar o

ato e garantir a participação na solenidade.

Entre os documentos exigidos no ato da inscrição estão o original e cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito. Todos os atos ligados ao casamento comunitário são gratuitos.

Judiciário inicia perícia de processos para Mutirão Previdenciário

O Poder Judiciário em Grajaú iniciou nessa terça-feira (4), no Fórum Des. Nicolau Dino, as perícias relativas aos processos que compõem a agenda do Mutirão Previdenciário, promovido por iniciativa do juiz titular da 1ª Vara, Isaac Diego Vieira. As perícias serão realizadas até esta quinta-feira (6), por ordem de chegada. O Mutirão Previdenciário em

Grajaú está marcado para o período de 15 a 19 de outubro e envolve 122 processos. De acordo com o juiz Isaac Diego Vieira, coordenador do mutirão, os trabalhos terão a parceria da Advocacia Geral da União (AGU), através da Procuradoria Federal de Imperatriz. “O mutirão previdenciário da 1ª Vara de Grajaú será composto por 122

processos, compreendendo ações com pedidos de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, amparo social; benefício de prestação continuada, dentre outros. Durante o mutirão, o fórum terá expediente normal”, explicou Diego Isaac. Para auxiliar o magistrado nos trabalhos, foram designados três servidores. “O mutirão foi idealizado como forma

de impulsionar processos previdenciários de forma econômica e célere, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça e Provimentos da Procuradoria-Geral Federal, com a realização de instrução, perícias e estudos de forma conjunta, garantindo o máximo de aproveitamento do ato processual”, observa o magistrado.

GILSON FERREIRA



Populares observam o corpo do soldado Wennison Jansen, que morreu após ser atropelado na manhã de ontem (4)

Policial militar morre em acidente de trânsito na Av. dos Africanos

A Polícia Civil investiga a possibilidade de o atropelamento do PM ter sido proposital

PÁG. 12 [C1]

Policial militar morre em acidente de trânsito na Avenida dos Africanos

A Polícia Civil investiga a possibilidade de o atropelamento do PM ter sido proposital

LUCIENE VIEIRA

O policial militar Wennison Jansen Amorim, de 35 anos, morreu na manhã dessa terça-feira (4), vítima de um acidente automobilístico. Ele estava em uma motocicleta Yamaha preta, sem placa, que colidiu na lateral de um Prisma branco, de placa PMD-2427, dirigido por Luís Henrique Costa Freire. O acidente aconteceu na Avenida dos Africanos, na região do Parque Amazonas; o motorista do Prisma fugiu sem prestar socorro. Wennison Jansen entrou para a Polícia Militar em 2017, e atualmente estava lotado no 1º Batalhão – Esquadrão Falcão –, situado no bairro do Anjo da Guarda. Já Luís Henrique Costa Freire foi localizado na casa de um familiar, no Residencial Pinheiros, poucas horas após o acidente.

De acordo com o comandante do 1º BPM, o tenente-coronel Cláudio André, Wennison Jansen Amorim completou 35 anos no dia 2 deste mês. Ele morava no Condomínio Vitória, na Estrada de Ribamar, e tinha um filho de três meses. Wennison Jansen, segundo o tenente-coronel André, estava a caminho do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Jaracati, quando participaria de uma audiência gerada em flagrante, ou seja, audiência de uma prisão que o policial tinha realizado.

Por volta das 8h30, ele passava em frente ao Parque Amazonas, sentido Bairro de Fátima/Centro, quando houve o acidente. O veículo trafegava no mesmo sentido. Com a violência do choque, a motocicleta com o policial militar foi arremessada para o outro lado da avenida.



FOTOS|GILSON FERREIRA E DIVULGAÇÃO



Populares observam o corpo do soldado Wennison Jansen, que morreu após ser atropelado na manhã de ontem (4); Luís Henrique, motorista do Prisma que atropelou o militar, foi localizado e preso horas após o acidente

Informações preliminares deram conta que Wennison Jansen e Luís Henrique haviam discutido no trânsito, tendo o motorista do Prisma perseguido o soldado Jansen e batido na moto dele, próximo a um retorno, na Avenida dos Africanos. “O acusado se defende, afirmando que não conhecia Wennison, não discutiu com ele no trânsito e que foi o policial quem bateu com a moto no seu carro”, disse o tenente-coronel.

PRISÃO DO MOTORISTA

Com as características do carro dirigido por Luís Henrique, incluindo as informações que a batida teria pegado a lateral do Prisma, policiais localizaram o veículo na Rua 10, Quadra 10 B, número 17, do Residencial Pinheiros, no momento em que o motorista estava prestes a guardá-lo na garagem da casa de um parente dele. Luís Henrique é morador da Rua Boa Esperança,

nº 185, Condomínio Zeus, no bairro do Turu. Luís Henrique foi preso em flagrante, levado para a Delegacia de Homicídios, localizada na Avenida Beira-Mar, e autuado por homicídio. Até o meio da tarde de ontem, ele ainda era ouvido, tanto pelo delegado da Delegacia de Homicídios quanto da Delegacia de Acidente no Trânsito (DAT), conforme informações do tenente-coronel Cláudio André. “As duas delegacias estão acompanhando a lavratura do flagrante, e colhendo informações, inclusive de testemunhas, para definir a culpabilidade”, disse o tenente-coronel ao afirmar que, caso o homicídio tenha sido culposa, o processo ficará na DAT, e sendo doloso, na Delegacia de Homicídios. No local do acidente, algumas pessoas teriam comentado que a impressão foi de que o motorista do Prisma teria direcionado seu veículo, propositalmente, para

cima da motocicleta do militar. Sobre essa informação, o tenente-coronel André disse que as investigações também irão apurar essa hipótese.

SOCORRO CHEGOU TARDE

Populares presentes ao local do acidente contaram que, logo após o fato, uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) teria sido acionada. Mas o socorro somente veio por outra ambulância, que transportava um paciente e passava pelo local. Wennison Jansen ainda resistiu aos ferimentos por quase 40 minutos, mas próximos das 9h10, quando a ambulância que ia passando pela Avenida dos Africanos parou e prestou apoio, ele já estava sem os sinais vitais. De acordo com a equipe do Samu, o policial teve fratura no fêmur, corte no joelho direito e, aparentemente, também teria quebrado o pescoço.

Dois integrantes do PCC soltos em audiência de custódia rompem tornoeleira

Romperam a tornoeleira eletrônica, segundo informações divulgadas pela Polícia Militar, Jhonatan Lima dos Anjos, conhecido como “Equilíbrio” ou “Coroa”, e Claudinei Pereira Lima, o “Dinei”, membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) que haviam sido presos no último dia 28 de agosto em Imperatriz. Os dois foram soltos em audiência de custódia em menos de 24 horas, sendo que outros três foram capturados nessa operação.

Os demais presos na “Operação Domínio”, como foi denominada a incursão, foram Josué Gomes Silva, o “Bah”, Lucas Macedo

Oliveira, o “Playboy”, e Elisnai Sousa Silva, o “Neguinho”. Outro alvo era Ezaquiel Nascimento e Silva, que, durante as diligências, não foi encontrado pelas equipes as polícias Civil e Militar. O fato é que todos eles foram soltos no dia seguinte em audiência de custódia pelo juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, que alegou que os suspeitos possuíam bons antecedentes criminais e residência fixa.

A OPERAÇÃO

A operação foi deflagrada pelas polícias Civil e Militar, no município de Imperatriz, sudoeste do Maranhão, durante toda a

terça-feira (28). O grupo está sendo investigado por uma série de crimes na cidade, incluindo assassinatos de traficantes rivais, cometidos para o controle do tráfico de drogas. “Bah” e Ezaquiel são considerados os líderes da quadrilha, sendo suspeitos do assassinato de Roberto Ricardo Duarte Gomes, em julho do ano passado. Mas, além desta morte, os dois também estão sendo investigados por outras não somente no bairro Leandra, como na localidade Caema e adjacências, sendo que todos esses crimes foram praticados “em decorrência do tráfico de drogas naquela região,

para eliminação de concorrentes e ampliação do domínio no comércio de drogas ilícitas” na área.

No decorrer das diligências, os policiais apreenderam diversos materiais, como drogas, duas armas de fogo (revólver calibre 38 e pistola ponto 40) e outros objetos. A pistola pertence a um PM, que teve a arma subtraída em 12 de agosto deste ano durante uma tentativa de latrocínio. Uma embarcação também foi recolhida pelas equipes, sendo que o barco era utilizado pelo PCC para o transporte de entorpecentes pelo Rio Tocantins e, ainda, para a prática de assaltos e homicídios.